

## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018, NA SEDE ADMINISTRATIVA, EM FLORIANÓPOLIS

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, às 17h30, em segunda chamada, no auditório da Sede Administrativa da Associação Catarinense do Ministério Público - ACMP, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, localizada na Avenida Professor Othon Gama D'Eça, n. 900, sala 106, Edifício Casa do Barão, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88015-240, CNPJ: 82.510.330/0001-91, reuniram-se, ordinariamente, os membros da Associação Catarinense do Ministério Público para deliberarem sobre os assuntos estabelecidos no Edital de Convocação encaminhado aos associados via correio eletrônico e devidamente publicado no Diário Oficial do Estado e na imprensa local. A Assembleia Geral foi instalada pelo Presidente da entidade, Dr. Luciano Naschenweng, e contou com a presença de 14 associados, conforme registro no livro de presenças; Item 1. Leitura e aprovação da ata. Após, o Presidente concedeu a palavra ao secretário, que procedeu à leitura da Ata da Assembleia Geral Ordinária anterior, a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes; Item 2. Tomada de contas da Diretoria e relatório dos principais fatos administrativos do exercício findo (art. 19 c/c art. 21, I, ambos do Estatuto da ACMP). O Dr. Luciano Trierweiller Naschenweng explanou as atividades desempenhadas neste ano, mencionando, no âmbito institucional: a) a presença em todas as reuniões da CONAMP (8 ordinárias e 3 extraordinárias); b) realização dos Encontros Regionais sobre a Previdência Complementar junto à SCPREV, à AMC e à APROESC; c) realização de reunião entre o Procurador-Geral de Justiça e os associados aposentados e pensionistas; d) reunião com os candidatos ao Governo do Estado Carlos Moisés e Gelson Merísio para solicitar a nomeação do mais votado dentre os integrantes da lista tríplice para o cargo de Procurador-Geral de Justiça do MPSC; e) participação nas campanhas "Eleição com eleição sem corrupção", do TRE-SC. Responsabilidade", junto a outras 17 entidades catarinenses; f) realização junto à Frentas/SC de reuniões com os senadores catarinenses em prol da aprovação da recomposição dos subsídios; g) coleta de assinaturas e participação na mobilização nacional em defesa do MP e da Magistratura; h) participação nas comissões dos Aposentados e Pensionistas e das Mulheres da CONAMP; i) requerimento de gratificação aos membros do ministério público que participem de audiências de custódia em 1/3 do valor do subsídio; i) ação coletiva a fim de garantir o direito previsto no art. 50, § 2°, da Lei 8.625/93 c/c o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional 20/98, o qual prevê a contagem do tempo de serviço na advocacia como tempo de contribuição para o Ministério Público; k) implementação de votação eletrônica nas eleições da ACMP; l) reserva de espaço para os ensaios do Grupo Cantoria na Casa Bocaiúva; m) captação/de novos serviços com descontos (Check Up Baía Sul; Aramis Menswear; 30 Odontologia;



Clube de Tiro da Brava; MG Superficies; Estúdio Equilíbrio e Movimento; Animal Farmácia de Manipulação Veterinária: Norte Monitoramento de Veículos; Pirâmides Imóveis; Personal Arthur A. Ouriveis; Pousada Trinca Ferro; Hotel Marambaia); no âmbito associativo: a) festas de Final de Ano, Natal e Réveillon); b) Noite do Carreteiro no veraneio; c) carnaval infantil; d) 13° Moto MP; e) recepção aos novos Promotores de Justiça Substitutos; f) 7° Final de Semana Esportivo; g) delegação para o Torneio Nacional de Futebol Society em Porto Alegre com realização de treinos prévios; h) 35° Encontro do Ministério Público de Santa Catarina; i) almocos de Dia dos Pais e Dia das Mães na Sede Balneária; j) festa de Dia das Crianças; k) 16ª Colônia de Férias; l) feijoada na Sede Campestre; m) realização de nove encontros do "Chá das Senhoras"; n) casa da ACMP na Festa do Pinhão; o) Arraiá Julino; p) execução de melhorias na Sede Balneária (Reforma da Casa 20; revitalização das quadras de tênis; playground infantil; instalação de quatro postes na quadra de beach tennis; acesso à rede Wi-Fi em todas as casas e apartamentos durante o veraneio; nova arborização; aquisição de novo triciclo via patrocínio; nova iluminação no camping; replantio de grama nos campos 1 e 2; reforma e pintura do estacionamento do prédio; troca de pisos na área da piscina; horta comunitária); q) no ambito social: a) renovação do convênio com o Instituto Guga Kuerten; b) participação na campanha Natal Solidário, do MPSC; c) doacão de fraldas geriátricas ao "Cantinho do Idoso" e "Orionópolis" com a arrecadação do "Chá das Senhoras"; campanha de arrecadação de doações para o "Cantinho do Idoso"; em relação à escola do MP: a) manutenção das turmas dos cursos Preparatório e de Pós-Graduação em Direito Penal e Processual Penal e Direito Material e Processual Penal em Florianópolis e Balneário Camboriú; b) Aula Magna com o Ministro do STJ Reynaldo Soares; c) Realização da mesa Redonda "O Sistema de Justiça no combate à violência doméstica"; d) realização de coquetéis de recepção para os alunos; e) realização de cerimônias de formatura do Curso Preparatório; f) aquisição de equipamentos para Secretaria Acadêmica microcomputadores e um monitor grande); g) melhorias nas salas de aula (duas caixas de som; duas telas para projetor; dois roteadores; dois datas show: 45 lâmpadas de Led; dois quadros brancos; proteção contra choques nas paredes; calhas para instalação de fios elétricos); h) realização de campanha de engajamento nas redes sociais da Escola com sorteio de Vade Mecuns. Em relação aos próximos eventos: a) Festa de Final de Ano. em relação ao acompanhamento de matérias legislativas no Congresso Nacional: Projeto de Lei n. 6726/2016: regulamenta o limite remuneratório do MP brasileiro; PEC 63/13: parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público (VTM); PEC 62/15: desvinculação remuneratória dos agentes públicos; PL 7596/17: regulamenta os crimes de abuso de autoridade; PEC 287/16: reforma da Previdência; PLS 233/15: tramitação do inquérito civil do Ministério Público; PEC 333/17: fim do foro privilegiado no caso de crimes comuns; PL 4850/16: Dez Medidas de Combate à Corrupção; PLS 236/2012: reforma do Código Penal; PL 8045/10: Código de Processo Penal; PEC 555/06: Reforma da Previdência (acaba com a cobrança de contribuição previdenciária



sobre os proventos dos servidores públicos aposentados); PEC 412/09: organização a Polícia Federal e prescreverá normas para sua autonomia funcional, administrativa e de elaboração de proposta orçamentária; PEC 505/10: excluir a aposentadoria por interesse público; PL Prerrogativas da OAB; PL 6404/16: Permite que qualquer cidadão promova a ação penal privada nos casos em que o Ministério Público não ofereça denúncia no prazo legal; PL 6361/09: Abuso de autoridade; PL 4373/16: análise prévia do impacto social e orçamentário das propostas legislativas que tratam de criação de novos tipos penais, aumento de pena ou que tornem mais rigorosa a execução da pena; PL 9054/17: Altera a Lei de Execução Penal; PLS 257/15: perda civil de bens, direitos ou valores; PEC 67/12: atividade de inteligência e seus mecanismos de controle; em relação ao acompanhamento de matérias legislativas Assembleia Legislativa de Santa Catarina: PLC/0019.7/2016: desconsideração do escalonamento no pagamento da verba auxílio-moradia com base na resolução n. 117/2014 do CNMP. em relação ao acompanhamento de ações no TJSC: alteração do art. 3°, III, do Ato n. 066/2008/PGJ (modificado pelo Ato n. 153/2013), para aumentar a distância entre as comarcas (de lotação e de residência do Promotor) de 70 km para 100 km, a fim de equipará-lo ao disposto na Resolução n. 18/2014 do TJSC; ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4000010-74.2016.8.24.0000 com o objetivo de revogar o aumento da alíquota da contribuição previdenciária de 11% para o IPREV; mandado de segurança preventivo com pedido em liminar contra risco iminente e concreto da prática de ato ilegal atribuído ao Superintendente Regional da Polícia Federal em Santa Catarina em função de exigências impostas para concessão e manutenção do porte de arma dos membros do Ministério Público; Ação Direta de Inconstitucionalidade contra lei estadual (Lei Complementar 662/2015) que extinguiu o Fundo Previdenciário e aumentou progressivamente a alíquota da contribuição previdenciária (de 11% para 14% em 2018); Item 3. Exame e deliberação acerca do parecer do Conselho Fiscal, bem como apresentação de toda documentação contábil correspondente ao exercício findo (art. 19 c/c art. 21, II, ambos do Estatuto da ACMP). O associado Marcelo Gomes Silva, Conselheiro Fiscal da entidade, procedeu à leitura do parecer do órgão, que recomendou a aprovação das contas da ACMP. O Presidente Luciano Naschenweng colocou o parecer em deliberação, o qual restou aprovado por unanimidade pelos presentes à Assembleia; Item 4. Eleições para renovação dos mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal (biênio 2018/2020), conforme art. 44 do Estatuto Social da ACMP. O Presidente transferiu a condução dos trabalhos à Comissão Eleitoral, na pessoa do presidente, Dr. Antenor Chinato Ribeiro, para que iniciasse os trabalhos de apuração dos votos. Procedida a apuração dos votos, chegou-se ao seguinte resultado: Chapa 1 "ACMP Forte e Unida": 258 votos; Chapa 2 "ACMP Sempre Forte - ACMP Ativa": 283 votos; Brancos 7 votos; Nulos 0 votos. Houve abstenção de 33 eleitores. Para o Conselho Fiscal o resultado, em ordem crescente, foi o seguinte: 1º lugar -Alexandre Estefani, com 425 votos; em 2º lugar - Daniel Paladino, com 409 votos; em 3º lugar - Leonardo Henrique Marques Lehmann, com 380 votos; em 4º Jugar



- Rui Arno Richter, com 369 votos; em 5º lugar - Javne Abdala Bandeira, com 268 votos. Ainda foram computados para o Conselho Fiscal, 889 votos em branco e 0 nulos. Encerrados os trabalhos de apuração dos votos para eleição da nova Diretoria para o mandato de 10 de dezembro de 2018 a 10 de dezembro de 2020. sagrou-se eleita a seguinte composição: Presidente: Marcelo Gomes Silva, CPF: 909.158.959-00, RG: 2505700, casado, residente na Rua Vitor Konder, 238, apto. 1601, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88015-230; Vice-Presidente: Jorgelita Tonera Favaretto, CPF: 245.262.749-68, RG 348019, casada, residente na Rua Getúlio Vargas, 2687, apto. 502, Centro, São José/SC, CEP: 88103-400; 1° Secretário: José Renato Corte, CPF: 590.873.159-53, RG: 1458182, casado, residente na Rua Espanha, 617, bairro Imigrantes, Timbó/SC, CEP: 89120-000: 2º Secretário: Lucas dos Santos Machado, CPF: 065.384.699-14, RG: 4820704. casado, residente na Rua Carlos Gomes, 54, Centro, Concórdia/SC, CEP 89700-150; Diretor Financeiro: Luiz Fernando Fernandes Pacheco, CPF: 853.208.549-00, RG: 971230, casado, residente na Rodovia João Paulo, 2137, apto 101 - VL 02. bairro João Paulo. Florianópolis/SC, CEP: 88030-300: Administrativo: Carlos Alberto da Silva Galdino, CPF: 008.082.599-03, RG: 4361097, casado, residente na Rua Nereu Ramos, 1472, apto 3, Centro, Braço do Norte/SC, CEP: 88750-000; Diretora de Patrimônio: Juliana Ramthun Frasson, CPF: 045.989.289-48, RG: 4.048.499, casada, residente na Rodovia Jorge Fortulino, sem número, Lagoa dos Esteves, Balneário Rincão/SC, CEP: 88828-000; Diretora Cultural e de Relações Públicas: Marcela Pereira Geller, CPF: 008.518.729-13, RG: 4.702.003, solteira, residente na Rua Antônio Rossa, 19, apto. 32, Centro, Curitibanos/SC, CEP 89520-000; Diretor da Escola do Ministério Público: Alexandre Carrinho Muniz, CPF: 017.956.499-41, RG: 1.807.704, casado, residente na Rua Líbia Cruz, 275, apto. 601, Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-280; Item 5. Assuntos Gerais. Sem assuntos gerais. Após, o Presidente da ACMP encerrou a reunião agradecendo a todos os presentes, às 18h16min. E convidou a todos para participarem do jantar de final de ano da ACMP, a ser realizado na sede balneária no dia 8/12/18. Não havendo nenhum outro assunto a ser tratado, eu, Gilberto Assink de Souza, Secretário nomeado para o ato, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e /aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Natureza do Título: Ata de Assembleia Geral Extraordinaria

Apresentante: Ivan José Seelig Junior Apresentante: Ivan Jose Seeilg Jumor Protocolo nº: 52819 Livro : 23 Folha : 96 Registro nº 51476 Livro : A - 184, Fr Dou fé, Fiorianopolia, 14/12/2918

Luis Renato de Oliveira Grigue - Escrevent Selo Digital de Fiscalização - S Confira os dados do ato em tjsc.jus.br/selo